



Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFPR

TERRITORIALIZAÇÃO E GOVERNANÇA TERRITORIAL NO MERCADO DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DA BAHIA: ASPECTOS TEÓRICOS PARA UM CENÁRIO EMPÍRICO

TERRITORIALIZATION AND TERRITORIAL GOVERNANCE IN THE MARKET FOR RECYCLABLE MATERIALS IN BAHIA: THEORETICAL ASPECTS FOR AN EMPIRICAL SCENARIO

TERRITORIALIZACIÓN Y GOBERNANZA TERRITORIAL EN EL MERCADO DE MATERIALES RECICLABLES EN BAHIA: ASPECTOS TEÓRICOS PARA UN ESCENARIO EMPÍRICO

(Recebido em 09-05-2018; Aceito em: 25-01-2021)

Cristiano Cassiano de Araujo

Doutorando em Geografia Humana, Universidade Federal da Bahia, UFBA – Salvador, Brasil
Grupo Território, Propriedade Intelectual e Patrimônio UFBA - Brasil
cristianocassianodearaujo@gmail.com

Resumo

O presente artigo objetiva analisar os aspectos que concernem à produção e comercialização de materiais recicláveis da Rede Cata Bahia - uma Rede de Reciclagem composta por vinte cooperativas presentes em nove cidades de diferentes regiões do estado da Bahia - à luz de dois elementos analíticos e metodológicos da Geografia: o primeiro refere-se ao fato que, ao se distribuir no território baiano, em diferentes regiões do estado, por meio da espacialização das cooperativas que dela fazem parte, a Rede promove, primeiramente, um processo de Territorialização desta atividade, distribuindo e organizando as cooperativas numa perspectiva territorial; esta dinâmica política e econômica viabiliza um modelo de Governança Territorial, ao horizontalizar e compartilhar as decisões tomadas no íterim desta Rede pelos cooperados no que tange à procura pelos melhores mercados para a venda destes materiais junto a outros agentes e atores influentes na produção do território (indústrias, sucateiros etc.). A discussão em si justifica-se em face da importância que este setor da economia representa hoje em dia, transpassando do simples ato de comercializar esses materiais ao fato de que parte dos materiais recicláveis são utilizados na linha produtiva de algumas indústrias, substituindo as matérias-primas naturais. Dessa forma, debate-se de que forma a dinâmica econômica e socioespacial da Rede Cata Bahia, por intermédio dos processos de Territorialização e Governança Territorial, concluindo que ambas podem fazer do setor de reciclagem mais um componente para o fortalecimento de uma Política Territorial e de Desenvolvimento no estado da Bahia.

Palavras-chave: Territorialização; Governança Territorial; Setor de Reciclagem; Política Territorial; Desenvolvimento Territorial.

Abstract

This article aims to analyze the aspects that concern the production and commercialization of recyclable materials of the Rede Cata Bahia - a Recycling Network composed of twenty cooperatives present in nine cities in different regions of the state of Bahia - in the light of two analytical and methodological elements of Geography: the first refers to the fact that, by distributing itself in Bahian territory, in different regions of the state, through the spatialization of the cooperatives that are part of it, the Network first promotes a process of Territorialization of this activity, distributing and organizing cooperatives in a territorial perspective; this political and economic dynamics makes possible a model of Territorial Governance, by horizontalizing and sharing the decisions taken in the interim of this Network by the members regarding the search for the best markets for the sale of these materials together with other agents and actors influencing the production of the territory (industries, scrap dealers, etc.). The discussion itself is justified because of the importance that this sector of the economy represents today, moving from the simple act of commercializing these materials to the fact that part of the recyclable materials are used in the production line of some industries, replacing the raw materials. natural raw materials. Thus, it is debated how the economic and socio-spatial dynamics of Rede Cata Bahia, through the processes of Territorialization and Territorial Governance, concluding that both can make the recycling sector one more component for the strengthening of a Territorial Policy and Development in the state of Bahia.

Keywords: Territorialization; Territorial Governance; Recycling Sector; Territorial Policy; Territorial Development.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar los aspectos que conciernen a la producción y comercialización de materiales reciclables de la Rede Cata Bahia - Red de Reciclaje compuesta por veinte cooperativas presentes en nueve ciudades de diferentes regiones del estado de Bahia - a la luz de dos elementos analíticos y metodológicos de Geografía: la primera se refiere a que, al distribuirse en territorio bahiano, en diferentes regiones del estado, mediante la espacialización de las cooperativas que la integran, la Red promueve primero un proceso de Territorialización de esta actividad, distribuyendo y organizar cooperativas en una perspectiva territorial; esta dinámica política y económica posibilita un modelo de Gobernanza Territorial, al horizontalizar y compartir las decisiones tomadas en el ínterin de esta Red por los integrantes en cuanto a la búsqueda de los mejores mercados para la venta de estos materiales junto a otros agentes y actores que inciden en la producción del territorio (industrias, comerciantes de chatarra, etc.). La discusión en sí se justifica en vista de la importancia que hoy representa este sector de la economía, pasando del simple hecho de comercializar estos materiales al hecho de que parte de los materiales reciclables se utilizan en la línea de producción de algunas industrias, reemplazando las materias primas. materias primas naturales. Así, se debate cómo la dinámica económica y socioespacial de la Rede Cata Bahia, a través de los procesos de Territorialización y Gobernanza Territorial, concluyendo que ambos pueden hacer del sector del reciclaje un componente más para el fortalecimiento de una Política Territorial y de Desarrollo en el estado de Bahia.

Palabras clave: Territorialización; Gobernanza territorial; Sector de reciclaje; Política territorial; Desarrollo territorial.

Introdução

Constituída historicamente por meio de processos políticos, econômicos e sociais, a dimensão territorial alcança nos dias de hoje um patamar de importância estratégica ao planejamento e desenvolvimento econômico que há muitos anos lhe foi subtraído. Mediante uma sortida capacidade em abranger conceitos, temas e uma multiplicidade de sistemas de objetos e ações que o compõem, tais características fazem com que hoje, mergulhado no mundo globalizado, a ele recaia as funções de integração com outras escalas, como a região, por exemplo, o que significa, para muitos, que a retomada de seus estudos certifica não somente a “volta do território”, como propôs Santos (2005), mas a certificação do seu momento mais pleno nos últimos anos (SCHINDLER, 2014), mediante o seu contínuo processo de completude (PAINTER, 2010).

Dentre os elementos que reafirmam a ressurgência do território, dois em especial nos chamam a atenção: primeiro, a instituição de uma nova Geografia Econômica, estimulada pela revolução tecnológica que alterou os padrões de análises de temas clássicos como cadeia produtiva, por exemplo, ao inserir em seu íterim de pesquisa novas relações de produção calcadas em elementos como o papel da confiança, o impacto do capital social sobre os desempenhos locais ou regionais, as interdependências não comerciáveis, e as trocas tácitas de conhecimentos (CLAVAL, 2012); segundo, as Redes Técnicas, cujas relações sociais de produção se integram a uma nova reestruturação produtiva, que igualmente alteram a divisão territorial do trabalho por meio de uma territorialização do capital produzidos por Redes de Inovação, formatando o que vem sendo considerado por muitos como a concatenação de um Território Inovador (AQUINO, 2016).

Justaposto ao emaranhado de redes técnicas que o dinamizam, o território, suas dimensões e funcionalidades, nos faz investigar não somente a importância em inserir a temática da produção e comercialização de recicláveis em seu ambiente de pesquisa e estudo, mas também, a necessidade em compreender a descentralização desta atividade e as variações no campo social, econômico e do planejamento territorial em que ela pode influenciar.

No que tange ao tema, abordar-se-á os aspectos que concernem à produção e comercialização de materiais recicláveis realizadas pela Rede Cata Bahia¹ à luz de dois elementos analíticos da ciência geográfica: o primeiro refere-se à distribuição da Rede em diferentes regiões do território baiano como um processo de espacialização das cooperativas que dela fazem parte, promovendo assim um processo de Territorialização desta atividade por meio da distribuição e da organização das cooperativas numa perspectiva territorial, constituindo arranjos institucionais que podem desenvolver e influenciar políticas

¹ Que a partir de agora, será denominada por RCB.

territoriais de integração e fortalecimento regional para o setor de reciclagem; esta dinâmica política e econômica viabiliza em segundo plano um modelo de Governança Territorial, ou seja, um conjunto de relações de poder efetivadas pela atuação dos diversos agentes e atores que por meio de seus interesses e que influenciam a dinâmica territorial, aqui materializado por meio do processo de compartilhamento das decisões tomadas no âmbito desta Rede pelos cooperados, em especial, no que tange à procura pelos melhores mercados para a venda destes materiais junto a outros agentes e atores influentes na produção do território (indústrias, sucateiros etc.). Dessa forma, objetiva-se questionar e debater os seguintes elementos:

- Quanto ao processo de territorialização: Em que medida uma tendência ou orientação econômica e política como a comercialização de materiais recicláveis, por exemplo, pode criar um processo de territorialização e conferir um modelo de desenvolvimento social e econômico a um respectivo território onde tais relações são exercidas?
- Quanto ao conceito de governança territorial: Quais os formatos desta governança territorial e quais os instrumentos que a Rede em exame nos apresenta para a sua efetivação? Como se daria esta instrumentalização no plano territorial?

Posto isto, esta proposta analítica refere-se, precisamente, ao desenvolvimento de um exame no âmbito teórico da ciência geográfica a respeito deste nicho de mercado que a RCB o dinamiza espacialmente, observando as peculiaridades de tal relação econômica, social e ambiental no território e procurando ampliar a partir das relações estabelecidas por essa Rede, elementos que correlacionam a importância de suas ações enquanto princípios susceptíveis ao planejamento e ao desenvolvimento territorial do estado da Bahia.

Delimitação e explanação do tema

A Rede Cata Bahia, conceituada como rede de poder socioterritorial, isto é, uma rede que proporciona a criação de “condições de exercício do poder, abrangendo as dimensões econômica, ideológica e política [...] pela implementação de diferentes processos [...]” (DALLABRIDA; BECKER, 2003: 82), nasceu do Projeto “Rede de Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis do Estado da Bahia – REDE CATA BAHIA”, no ano de 2004, a partir de uma parceria no campo da assessoria e incubação técnica realizada pela OSCIP soteropolitana PANGAEA - Centro de Estudos Socioambientais, junto à Cooperativa dos Agentes Ecológicos de Canabrava (CAEC) e com o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). A ideia inicial foi desenvolver um programa piloto para ser testado localmente e, se bem sucedido, ampliá-lo a outros municípios no estado da Bahia. Por ter

alcançado resultados positivos, a expansão da rede inseriu cooperativas das seguintes cidades: Feira de Santana, Vitória da Conquista, Jequié, Alagoinhas, Juazeiro, Lauro de Freitas, Itapetinga e Itororó. Hoje, este processo envolve diretamente 150 catadores em onze cooperativas (BRAGA, 2007; PANGAEA, 2010; SILVA, 2015).

À época, o projeto objetivava a organização de uma rede logística de captação e comercialização solidária de materiais recicláveis, calcadas nos princípios da Economia Solidária (SINGER, 2000; FRANÇA FILHO, 2002), tendo em vista, principalmente, as dificuldades das cooperativas em negociar seus produtos num mercado tão competitivo. Dessa forma, a incubação técnica destinada à formação da Rede envolveu a gestão operacional dos empreendimentos através da metodologia da ação-reação, que tem como princípio a construção do conhecimento em conjunto com os cooperados, acompanhando o seu dia a dia. Após um período de adaptação desta e de outras metodologias, quando se testou e se redefiniu o modelo de comercialização em rede e decidiu-se expandir o número de cooperativas associadas, uma vez mais, houve um período de transição aonde adaptações foram necessárias. A ampliação do número de cooperativas aumentou os custos de transação internos da Rede: processos de decisão mais longos, instrumentos de fiscalização mais complexos etc. (PANGAEA, 2010; SILVA, 2015).

A fim de contornar estas dificuldades realizou-se um estudo técnico com recomendações práticas para clarificar o marco institucional, aprimorar as relações comerciais e facilitar a comunicação entre as cooperativas, concluindo que a rede de comercialização é uma das principais estratégias para dar perenidade a este projeto na medida em que gera benefícios de escala e centraliza as coletas e as vendas dos materiais diretamente à indústria recicladora, garantindo preços melhores para as cooperativas, evitando assim, a venda para os atravessadores que retiram parte considerável do lucro das cooperativas. Estas facilidades e benefícios garantiram a competitividade do grupo e o transformaram em um polo de atração para outras cooperativas que atuam de forma independente (PANGAEA, 2010; SILVA, 2015).

Como resultado destes treze anos, ocorreu a recente industrialização da Rede, nos últimos quatro anos criou-se a unidade de agregação de valor na sede da Rede Cata Bahia, em Salvador, dividida em quatro áreas: a) indústria de processamento de plástico com vista à fabricação de garrafas para água sanitária, b) unidade de agregação de valor ao OGR² para fornecimento à Petrobras, c) produção de sabão e sabonete e d) produção de caixas de papelão para comercialização ou acondicionamento dos novos produtos da Rede, como a água sanitária e o sabão.

² Óleo e gorduras residuais.

A esta iniciativa se adiciona o programa de exportação de materiais recicláveis, um projeto desenvolvido junto à União Europeia que estruturou um modelo de comercialização internacional para a Rede, visando estabelecer transações de venda de materiais reciclados no mercado internacional e aumentando assim o faturamento das cooperativas no curto-médio prazo, além de reduzir a sua dependência ao mercado nacional, processo esse que dura até os dias de hoje (PANGAEA, 2010; SILVA, 2015).

Redes, Territorialização, Governança Territorial: desdobramentos conceituais.

As Redes e seu efeito sobre o Território

Já há alguns anos, as redes vêm se consolidando cada vez mais enquanto agenda de pesquisa que contempla diferentes propostas advindas de múltiplos arcabouços metodológicos, considerando abundantes propostas, significados e abordagens disciplinares. A respeito do papel de redes como a RCB e sua influência no território baiano, a ação da mesma é aqui compreendida em relação aquilo que Painter (2010) dissertou enquanto um exercício de poder da administração regional no campo econômico, ou seja, por estar espacializada, ou melhor, territorializada em diferentes regiões do estado, a RCB, por meio de sua lógica e dinâmica, é mais um elemento técnico na produção territorial do setor da reciclagem, onde a prática e o processo econômico por ela ensejado influencia esta atividade tanto na escala regional como territorial.

Ao se analisar a noção de rede, observa-se as relações do mundo social e suas complexidades por meio das formas específicas de organização que as mesmas imprimem ao território, a saber: 1 – Social: grupos, instituições e firmas; 2 – Urbanas; 3 – Transacional – econômico e política; 4 – Técnica³ (DIAS, 2001, 2007). Por se tratar de uma rede técnica, esta modalidade inspira análises que orbitam sobre a sua capacidade de desenvolvimento tecnológico e racionalidade técnica, em especial, quanto à sua capacidade/potencial de produção e transformação social, como é o caso de Manuel Castells (2007), que defende as Redes enquanto a infraestrutura invisível da sociedade.

Redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica das redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura. Embora a forma de organização social em redes tenha existido em outros tempos e espaços, o novo paradigma da tecnologia da informação fornece a base material para sua expansão penetrante em toda estrutura social. (CASTELLS, 2007, p. 497).

³ Para a autora, a mais importante.

Segundo Dias (2007), o conceito de rede em Castells (2007) traz consigo o conceito de poder, apontando para noções de democracia, fim das hierarquias, descentralização e autonomia, representando as redes como laço universal das sociedades contemporâneas. Autores como Milton Santos (1996) propõe a ideia de fluidez que procura a maior necessidade de técnica, daí as redes técnicas. Porém, o autor aponta que as redes não são simplesmente uma categoria técnica e sim sociotécnicas.

Diante disso, para compreender a interação entre as redes e os territórios é necessário entender que existem duas lógicas. A das redes é definida pelos atores que a desenham, modelam e regulam, então, é necessário conhecer as ações, identificando as estratégias dos atores e a maneira como as redes são desenhadas e administradas. Já a lógica dos territórios é concebida conforme Santos (1996) citou:

[...] arenas da oposição entre o mercado – que singulariza com as técnicas de produção, a organização da produção, a ‘geografia da produção’ e a sociedade civil – que generaliza- e que desse modo envolve, sem distinção, todas as pessoas. Com a presente democracia de Mercado, o território é suporte das redes que transportam as verticalidades, isto é, regras e normas [...] utilitárias (do ponto de vista dos atores hegemônicos), enquanto as horizontalidades levam em conta a totalidade dos atores e das ações (SANTOS, 1996, p. 207).

As relações entre as redes e os territórios são muito mais complexas que as teses deterministas. A rede é uma construção social. Indivíduos grupos, instituições desenvolvem estratégias diversas (políticas, sociais, econômicas e territoriais) e se organizam em rede. A rede não é o sujeito da ação e sim a expressão das ações sociais. Dias (2007), discorre que para além das redes técnicas, as redes são instáveis, móveis e incompletas, trazendo assim, a complexidade das interações espaciais, sendo um dos recortes possíveis para compreender a organização do espaço nos tempos atuais.

A inserção do conceito de Rede no contexto territorial pode criar categorias e tipologias que auxiliam a organização dos fluxos econômicos e de informação na gestão do território (VARGAS, 2006), permitindo-lhe criar novas estratégias no âmbito do poder local, regional e até mesmo global (VIEIRA; VIEIRA, 2004). A necessidade da atuação em Rede remete no planejamento e na gestão a importância das suas dinâmicas e seus fluxos na formação territorial, assim, nos interessa analisar a forma como elas se manifestam e se materializam, uma vez que a constituição dessas redes, aliadas às suas capilaridades, configuram a dinâmica de uma nova economia no território e proporcionam um novo funcionamento do mesmo. (PEREIRA; KAHIL, 2006; SCHERER-WARREN, 2007).

Esse viés analítico dá-nos aqui um norte para tentar compreender em que medida essas Redes podem servir de conexão, apoio e suporte para ações no campo do planejamento territorial e do desenvolvimento econômico. Isto porque, as Redes não são apenas um emaranhado de nós que fazem

circular no território valores financeiros, pessoais ou mesmo filosóficos; elas, por sua vez, também se transformaram na matriz técnica do mundo contemporâneo (DIAS, 2007).

No tocante às redes de comercialização de materiais recicláveis, as produções a respeito são pequenas, mas consistentes o suficiente para que esta área passe a ser tratada enquanto uma categoria analítica. (DAGNINO, 2004; RIBEIRO; BESEN, 2007; AQUINO; CASTILHO JR.; PIRES, 2009; TIRADO-SOTO, 2011; SILVA, 2015). E é neste viés que se conecta esta rede técnico-social que é a RCB, pois, além de imprimir ao território a sua marca, também se torna um meio de produção e comercialização de recicláveis pelo território baiano por intermédio da organização de suas estratégias, rotinas e estrutura, como transporte e a tecnologia das comunicações, incorporando, territorialmente, o espaço para a atividade econômica da reciclagem (FIELDS, 2003).

O território sob a influência das redes técnicas tem a sua importância mediante o fato de que elas garantem ao processo de modernização territorial que não rompa com as lógicas e particularidades dos diferentes tempos e espaços de um respectivo território, mas que fortaleça a singularidade das relações sociais (AQUINO, 2016). Isto porque, o controle da modernização do território tem aqui o seu sentido político: o problema não é a modernização das redes técnicas, mas a maneira como elas são controladas, este controle é o que diz respeito ao fato de que as dinâmicas econômicas que se arquitetam no território, tem no suporte das Redes a força para a transformação no espaço social (CASTILHO, 2016).

Essa incorporação territorial da atividade econômica do setor de reciclagem em Rede amplia os limites deste mercado, contribuindo para a sua orientação de forma interescalar, da localidade (cidade) aonde os nós da Rede se encontram, às vendas dos materiais para as indústrias da Bahia, Minas Gerais, São Paulo e Paraná, e por último, desbravando novos mercados, como o europeu. Essa transformação territorial, administrada social e horizontalmente pelos membros da RCB, no formato de uma rede técnica, tem um nome: territorialização, ou seja, a construção técnica do território e de um nicho econômico específico.

Territorialização: a estruturação da lógica territorial

O processo de territorialização traz à tona os debates sobre as formas de organização e reorganização social, modos distintos de percepção, ordenamento e reordenamento em termos de relações com o território (ANDRADE, 1995; HAESBAERT, 2002, 2004, 2006; PECQUEUR, 2005), em outras palavras, um enraizamento em determinadas extensões do espaço por lógicas políticas e econômicas (FUINI, 2014). Na opinião de Blomley (2017), "territorialization helps to define, communicate and enforce a set of relations (of access and exclusion, in particular) through the deployment of spatial

arrangements” (BLOMLEY, 2017: 3). São esses arranjos espaciais, no caso do setor de reciclagem, que utilizando a RCB como instrumento/mecanismo de ação empírica, trata a perspectiva em questão.

A territorialização é um processo de construção/planejamento de territórios que perpassa pela fixação do homem na terra através do domínio técnico sobre esta, isto é, a sua lógica de criação e o seu processo de desenvolvimento. Este termo traz à tona os debates sobre as formas de organização e reorganização social, que, sob o viés geográfico de autores como Haesbaert (2004) e Pecqueur (2005), apresentam-se enquanto uma multiplicidade de poderes incorporados pelos agentes envolvidos nos processos econômicos e políticos na produção de um território, onde as estratégias territoriais e seus arranjos institucionais e produtivos revigoram uma tendência daquela porção de espaço em relação à funcionalidade que tais agentes desejam implantar. As palavras de Sack (1986) atestam tal interpretação, uma vez que o processo de territorialização, para o autor, refere-se ao controle por parte de um respectivo segmento ou tendência política e econômica que visa “to affect, influence or control people, phenomena, and relationships by delimiting and asserting control over a geographic area” (SACK, 1986, p. 6), podendo orientar a formação de arranjos territoriais e outras dinâmicas que contribuem com esta ação técnica em planejar o território (VERDI; PIRES, 2008).

O processo de territorialização é amplo, versa sobre muitos temas e possibilidades, no caso da RCB e do setor de reciclagem, entende-se que esta dimensão técnica do território origina um modelo de desenvolvimento social e econômico que pode dinamizar a produção e comercialização dos recicláveis no estado além da cadeia de serviços que a orbita, auxiliando no desenvolvimento de cidades, regiões e territórios em que tal dinâmica atua. No caso dos movimentos sociais, e da RCB, constituída por catadoras e catadores que fazem parte do MNCR, por exemplo, essa territorialização parte do princípio de que são estes grupos que a criam, desconstruindo uma tendência política e econômica de que apenas as grandes empresas e conglomerados é que são os únicos agentes de transformação do território. Contra uma política territorial “de cima pra baixo”, essa perspectiva também fortalece pequenas empresas a transformar um respectivo território em uma espacialidade cujos desígnios do capital incorporam-se espacialmente ao que ali se produz, ditando uma ordem incluyente e os direcionamentos das ações de grupos diretamente ligados à reciclagem numa perspectiva de desenvolvimento territorial.

Portanto, analisar as formas de organização socioeconômica das cooperativas da RCB nas cidades onde elas atuam no intuito de perceber suas relações de ordenamento nas regiões aonde se localiza, e a influência da produção e comercialização de materiais recicláveis como processo de territorialização desta atividade nestas áreas, é o primeiro caminho para se traçar um planejamento do território em relação a este nicho de mercado. Para tanto, buscou-se aqui analisar à luz de quatro

elementos encontrados em Fuini (2014), e complementados pelas diretrizes teóricas de outros autores, os subsídios importantes ao processo de territorialização ensejado pela RCB:

- O econômico: abarca o conjunto das atividades produtivas, relacionando-se diretamente à infraestrutura que fortalece a circulação dos fluxos de capital, assim como dinamiza as cadeias de serviços e comércio, mercado de trabalho e as instituições representativas do empresariado e dos trabalhadores que, necessariamente, são importantes para o planejamento territorial.
- O político: trata das instâncias de poder, sejam elas pública ou privada, e que possuem atuação interescalar, locais, regionais e nacionais. Aliadas a esta perspectiva, e corroboradas pela vertente teórica encontrada em Raffestin (1993), tem-se a preocupação no trato com as normas e regras jurídicas do planejamento territorial.
- O cultural: reforça as tradições históricas atreladas às atividades produtivas, conectadas ao saber-fazer local, que tem no território os recursos específicos (BENKO; PECQUEUR, 2001) que, entrelaçados e amalgamados pelo capital social, edifica os pactos e convenções firmados (FUINI, 2014), mas, igualmente, transformam esses locais, redes e territórios (pela via da territorialização) em ambientes inovadores (BRACZYK; COOKE; HEIDENREICH, 1998).
- O ambiental: mediante o significativo potencial da reciclagem que é capaz de instituir e fomentar um mercado que, além da grande possibilidade de geração de emprego e renda, evita o descarte de resíduos, reutilizando-os e contribuindo para outras frentes, como o não aterramento destes materiais ou até mesmo a sua exposição em lixões a céu aberto, revigorando empiricamente o discurso ambiental para uma prática socioeconômica que, a nosso ver, também é socioespacial.

Governança territorial: território e gestão.

No que lhe diz respeito, a governança territorial é uma perspectiva analítica mais recente, trabalha as possibilidades e a capacidade para uma sociedade organizada territorialmente gerir os assuntos públicos a partir do envolvimento conjunto e cooperativo dos atores sociais, econômicos e institucionais. (DALLABRIDA; BECKER, 2003; DALLABRIDA, 2015). Esta terminologia, procedente do arcabouço teórico da ciência política, vem sendo empregada às categorias espaciais tencionando a averiguação quanto aos níveis de organização social na transformação de uma respectiva realidade socioespacial, isto é, examinando em que medida a capacidade de um grupo social consegue proporcionar (ou mesmo planejar) arranjos espaciais que vão de encontro com os seus interesses (HESS, 2004).

No caso da RCB, enxerga-se este processo de governança territorial por meio do compartilhamento das decisões entre as onze cooperativas no que tange à capacidade produtiva de cada uma e em relação à escolha dos melhores mercados para a negociação dos materiais. Por exemplo, Silva (2015) mostra que é prática da Rede a pesquisa interna junto a cada associação para saber quais são os melhores compradores de material, e isto se dá num processo onde tal pesquisa se realiza junto aos mercados de cada cidade e, conseqüentemente, de cada região. Portanto, se na região de Itapetinga, por exemplo, existe um comprador de alumínio que pague mais do que nas outras cidades e regiões aonde as demais cooperativas da Rede se encontram, é decidido entre os membros que a carga de alumínio da RCB se direcionará para Itapetinga e a cooperativa local fará a venda e a conseqüente distribuição dos ganhos mediante a quantidade de alumínio enviada por cada cooperativa da Rede; e assim funciona com os demais materiais.

Este compartilhamento de decisões empodera o sentido de governança territorial ao oportunizar às cooperativas elementos como poder, autoridade, capacidade e autonomia de decidirem conjuntamente os caminhos que a Rede deve seguir. A nosso ver, esse é um modelo ou prática que corrobora um processo de gestão territorial do mercado em questão, isto porque, do ponto de vista geoeconômico, a produção, distribuição e circulação do fluxo de capital oriundo das atividades da RCB são geridas no território baiano, nacional e até mesmo internacional por meio de mecanismos solidários que garantem, mesmo às pequenas cooperativas da Rede, a oportunidade de negociar com as demais de uma forma democrática. Destarte, e para usar o termo cunhado por Panzutti (2011), essa solidariedade também é uma forma para a construção de mercados mais solidários, ou seja, transformando um mercado pautado e atomizado pela força do corporativismo capitalista, em especial, no caso do mercado de recicláveis, classificado enquanto mercado oligopsônico, um mercado “[...] que conta, por um lado, com diversos pequenos produtores e, de outro, com poucos e grandes compradores, sendo que os últimos determinam os preços dos materiais” (PIZA MARTINS; GALLO; NEVES, 2005, p. 1), em um novo modelo comercial que se equipara a uma instituição “que se organiza de acordo com o auto interesse dos agentes em situações particulares” (PANZUTTI, 2011, p. 60).

Para dar mais consistência a esta discussão, a citação de Stead (2013) elenca as dimensões deste arcabouço e suas inter-relações com o território.

Analysis of a range of policy statements leads me to the view that at least five separate but interrelated interpretations (or dimensions) underlie the notion of territorial governance in policy discourse: the vertical or horizontal coordination of policies and/or actors (Dimension 1); the promotion of participation and consensus-building among public and/or private actors (Dimension 2); the devolution of powers and/or resources to lower levels of decision-making (Dimension 3); the delivery of “territorial cohesion” (Dimension 4); and the assessment of territorial impacts and development of territorial visions (Dimension 5). Many policy statements

refer to more than one of these interpretations as illustrated in the review presented below (STEAD, 2013, p. 142).

A necessidade em se observar os níveis de atuação da RCB no que diz respeito aos seus mecanismos e processos para a integração de suas diferentes propostas para o território baiano, procurando perceber em que medida a horizontalidade no compartilhamento de ações e demandas em sua estrutura possibilitam a criação e/ou surgimento de um processo de governança territorial, nos chama a atenção. Dessa forma, serão analisadas através das considerações de Stead (2013) as cinco dimensões de governança territorial trazida pelo autor, comparando-as ao processo instituído pela RCB presente em Silva (2015).

No caso da primeira dimensão, a coordenação vertical ou horizontal de políticas e/ou atores é uma característica intrínseca à RCB, e que define seu processo de governança, uma vez que os atores (catadoras e catadores) participam da coordenação horizontal das tomadas de decisões.

Já a segunda dimensão, a promoção da participação e a construção de consenso entre público e/ou privado é materializada pelas instâncias consultivas e deliberativas internas à Rede, evidenciando a promoção desta participação e a construção coletiva das soluções dos problemas e impasses existentes no dia a dia da RCB e de seus parceiros públicos e privados.

Tanto a primeira quanto a segunda dimensão conectam-se à terceira, pois, ao se horizontalizar os processos de decisão e compartilhamento de poderes, equalizando entre todos os membros o direito de opinar e votar nas decisões a serem tomadas, tem-se com isto os princípios da terceira dimensão, isto é, a devolução de poderes e/ou recursos para níveis mais baixos de tomada de decisão. Estes níveis mais baixos que o autor comenta, interpreta-se aqui, sociologicamente, quanto àqueles indivíduos que durante anos estiveram à margem das decisões que lhes cabiam a participação. Tendo em vista que as catadoras e catadores de materiais recicláveis fazem parte deste grupo social há anos marginalizado, estar dentro de uma cooperativa que se encontra presente no âmbito de uma Rede, e poder opinar, conhecer, se capacitar e fazer parte de uma conjuntura inclusiva com dimensões democráticas ratifica o surgimento deste grupo no âmbito do território como gestores de suas práticas econômicas.

A ratificação deste grupo "mais baixo" nas tomadas de decisão revigora o que o autor chamou de a entrega da "coesão territorial", a quarta dimensão por ele analisada, através da gestão da atividade econômica dos membros da Rede que, ao identificar e buscar os melhores mercados para a venda do material reciclável, tal prática resulta na tentativa desta coesão territorial. Esta coesão não é aqui compreendida de forma romantizada, pois o território baiano (e brasileiro) e suas disparidades regionais não fazem dele um elemento para uma análise que o considere coeso, ao contrário. Interpreta-se tal coesão territorial como um fator de construção da realidade social da RCB ao integrar junto ao seu

planejamento, a espacialização dos mercados e a tentativa de compreender a lógica comercial de cada um, e assim poder ter uma noção territorial de preços a serem pagos pelos seus produtos. A busca por um equilíbrio territorial, quanto aos preços dos materiais, aqui, cabe melhor do que o termo coesão.

Por fim, a governança territorial, concomitante à ideia de territorialização já desenvolvida, capacita-se a promover análises sobre a avaliação dos impactos territoriais e o desenvolvimento de visões territoriais. Neste caso, aborda-se o setor da reciclagem, onde os impactos territoriais das ações da Rede se dão de uma forma que privilegia o reaproveitamento destes materiais, evitando o seu desperdício e inserindo-os na cadeia produtiva das cooperativas e associações de catadoras e catadores de materiais recicláveis. Já as visões territoriais, corroboram-se à tentativa de se criar senão uma “coesão” dos mercados, mas uma melhor compreensão da lógica territorial dos mesmos, procurando abranger as dinâmicas e fluxos econômicos que os materiais recicláveis podem gerar no território baiano como mecanismo para o desenvolvimento territorial e da economia do estado, fazendo-se valer, inclusive, como ferramenta para o planejamento territorial, tema que será abordado a seguir.

A relevância do tema para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental na Bahia pela via de uma política territorial para o mercado de reciclagem.

O Planejamento Territorial integra um conjunto de potencialidades para mobilizar a atenção e incentivar o debate sobre a articulação entre a identificação e a operacionalização de estratégias de desenvolvimento ambientalmente sustentável em um respectivo território (CYMBALISTA, 2006; VAINER, 2007; CORRÊA, 2009; HIRT, 2014; VISÚ; ABREU, 2016). As ideias aqui proferidas a este respeito tornar-se-ão a amálgama da discussão, isto porque, a territorialização e a governança territorial do processo de produção e comercialização de materiais recicláveis, resultados de uma dinâmica conjunta, a nosso ver, elegem este setor como mais um elemento no planejamento e no desenvolvimento territorial, isto é, compreendendo-o como um nicho de mercado que, por meio do seu instrumental técnico, podem ser inseridos no espectro do planejamento e da gestão do território baiano através do desenvolvimento de políticas territoriais que contemplem esta área do conhecimento.

Embora pouco estudada e analisada, é nítido a relação que a dinâmica da RCB possui com o território baiano, isto porque, as capilaridades das cooperativas em cada cidade e suas relações econômicas e comerciais são efetivamente mais um modelo para o desenvolvimento territorial, orientados pela comercialização destes materiais e por meio destas práticas que se fortalecem à medida que este mercado auxilia o desenvolvimento econômico de uma determinada cidade, região e sua rede de serviços. Dessa forma, reitera-se: as redes de produção e comercialização de materiais recicláveis

podem ser elementos presentes no planejamento territorial através das perspectivas do desenvolvimento social e econômico por elas oferecidas a um respectivo território.

A nosso ver, o ganho ambiental e financeiro dessas negociações desenvolve uma concepção que está diretamente associada ao conceito de Redes tratado na contemporaneidade: a associação dessa comercialização no território baiano com os outros estados e países que possuem indústrias que comprem os produtos para serem utilizados em sua linha de produção, transcendendo assim, as escalas territoriais.

Além do mais, na ampliação deste sistema de Redes, percebe-se que este processo objetiva claramente a transformação espacial, guiando as oportunidades de negócio entre as indústrias e outros agentes de transformação do território, como as cooperativas envolvidas nesta Rede, por exemplo. Não obstante, essa dimensão de organização territorial da comercialização de materiais recicláveis é uma tônica deste processo, uma vez que já existem modelos europeus, por exemplo, que seguem o mesmo caminho, países como Alemanha, Portugal, Itália, Luxemburgo, Inglaterra e França possuem sistemas parecidos e com os mesmos objetivos, já em funcionamento há alguns anos (GREGSON; CRANG, 2015).

Portanto, esse novo mecanismo comercial e seu alcance no território é também uma ferramenta em potencial já utilizada em outros países para dinamizar o mercado em questão. Contudo, além de ser um instrumento mercadológico, a RCB e suas atividades são aqui interpretadas enquanto elementos concretos para auxiliar o planejamento territorial e o desenvolvimento das cidades e regiões onde tais relações comerciais existem e se estabelecem através dos processos analisados: quanto à territorialização, acredita-se que no âmbito do planejamento territorial, esta tendência ou orientação econômica - produção e comercialização de materiais recicláveis - pode criar um processo de políticas territoriais e conferir um modelo de desenvolvimento social e econômico a um respectivo território onde tais relações são exercidas, sobretudo, no plano socioeconômico para o desenvolvimento das cidades e regiões onde elas se fazem presente, uma vez que a Rede pode atuar na amenização das desigualdades e desequilíbrios no plano territorial por meio da criação de Arranjos Produtivos Locais (APL), isto é, multiplicando as plantas industriais como a existente em sua sede, na cidade de Salvador, e corroborando para a territorialização desta atividade industrial numa escala e com um nível de produção adaptável à mesma.

Quanto à governança territorial, referindo-se a ela como um conjunto de relações de poder efetivadas pela atuação dos diversos agentes e atores que por meio de seus interesses influenciam a dinâmica territorial (DALLABRIDA; BECKER, 2003; FALUDI, 2012), imagina-se que para o planejamento territorial este modelo incutido na RCB tenha o potencial de estimular ou induzir a criação de múltiplos

meios para a instrumentalização de tal governança, efetivando-se através do formato de conselhos de desenvolvimento local ou regional, associações e cooperativas, consórcios de políticas públicas etc., seja por meio de micro, macro ou mesorregiões.

Por último, a respeito da possibilidade do imbricamento existente entre os processos de Territorialização e Governança Territorial, analisados no íterim da RCB, se transformarem num elemento para o Planejamento Territorial no estado da Bahia, estas perspectivas repousam na materialização de suas ações e da dinâmica deste mercado nas regiões onde as associações e cooperativas que fazem parte da Rede se encontram. Dessa forma, imagina-se que possa existir uma relação destas atividades da RCB com o planejamento destas regiões, para em seguida, se pensar na totalidade deste processo, ou seja, no território baiano.

Além do mais, estas relações geoeconômicas estabelecidas, a nosso ver, podem ser mecanismos de articulação para uma política territorial a partir das seguintes características inspiradas em Rückert (2005) e Pujadas e Font (1998):

- A redistribuição das atividades de produção e comercialização de materiais recicláveis em todo o território baiano, tendo em vista as divergências do desenvolvimento econômico desequilibrado: a criação de novas Redes enquanto Arranjos Produtivos Locais (APL), suscitando não somente a prática destas atividades e da instalação de pequenas plantas industriais no mesmo modelo daquela presente na sede da Rede, em Salvador, mas, igualmente, fortalecendo os mercados de prestação de serviço nesta área.
- Fomento à criação de um quadro legal que instaure o ICMS Ecológico no estado enquanto metas fiscais: o ICMS Ecológico é um mecanismo tributário que possibilita aos municípios acesso a parcelas maiores que àquelas que já têm direito, dos recursos financeiros arrecadados pelos Estados através do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, o ICMS, em razão do atendimento de determinados critérios ambientais estabelecidos em leis estaduais. Assim, quanto mais produtos recicláveis uma determinada região do território baiano produzir - por meio das plantas industriais que ali possam se instalar - maior será o ICMS arrecado para a região, demonstrando assim, novos critérios de redistribuição espacial destes recursos e incentivando o nível da atividade econômica nos municípios em conjunto com a preservação do meio ambiente.
- Gerenciamento sustentável de recursos: diminuição de material reciclável aterrado ou depositado e reaproveitamento dos mesmos junto à cadeia produtiva da reciclagem.

Considerações finais: uma proposta para uma agenda de pesquisa

Amplamente estudado, o território faz parte daquelas instâncias científicas que, de forma inesgotável, não se cansa de apresentar novas perspectivas epistemológicas, principalmente à medida que o detentor do *modus operandi* de seu controle e domínio, ou seja, o homem encontra nele elementos que o ressignifica e dão novo sentido à sua dinâmica. Sendo assim, os assuntos derivantes desta discussão ganham relevância ao englobar no seu universo de análise os temas ligados ao Planejamento e Desenvolvimento Territorial.

O raciocínio que aqui se tentou apresentar não se dá somente com a interpretação da Rede de produção e comercialização às categorias analíticas supracitadas, ele se realizou igualmente na tentativa de compreender o funcionamento dessa Rede e sua dinâmica no território. O que nos levou a essas considerações é o fato de que a Rede se faz presente no território espraiando esta atividade e sua forma de organizar-se. Dessa forma, como todo nicho de mercado, a produção e comercialização de materiais recicláveis na Bahia ganha uma territorialização do seu trabalho e das suas funções estabelecida pela RCB por meio dos fluxos financeiros que circulam nas regiões e no território baiano como um todo, tornando-se, simultaneamente, um mecanismo de governança territorial ao possibilitar a comunicação entre os seus membros através das diferentes formas de escolha coletiva no que se refere aos melhores mercados para a venda de seus materiais, e, igualmente, por meio das informações e compartilhamento de decisões e de poderes que nela ocorrem.

Para tanto, esta pequena contribuição reflexiva procurou demonstrar o potencial e as possibilidades que este processo enseja, calcadas nas matrizes territoriais aqui apresentadas. Dessa forma, interessa-nos debater e dar prosseguimento, futuramente, às seguintes discussões referentes à análise, gestão e planejamento territorial do estado da Bahia:

- A análise das redes de comercialização de materiais recicláveis enquanto elemento de planejamento e gestão do território baiano e sua atuação em nível internacional.
- A compreensão a respeito da influência local e regional dessa Rede no desenvolvimento social e econômico das cidades em que a mesma atua.
- O estudo da morfologia das redes nos territórios como um modelo de territorialização e governança territorial para o fortalecimento das cooperativas no estado em outras linhas de atuação, que não somente àquelas ligadas ao setor de reciclagem.
- Reorganização espacial econômica: análise sobre a abertura de mercados novos entre o estado da Bahia, o Brasil e a UE no íterim de uma economia global e sua relação com um modelo de desenvolvimento territorial baseado em aspectos sustentáveis, ao mesmo tempo em que tal dinâmica

reorganiza e propõe o fortalecimento da criação de outras redes para a atuação no plano local e global (ZELLER, 2008).

- Organização da produção: estudar a estrutura da cadeia da reciclagem no âmbito do desenvolvimento regional e territorial do estado da Bahia e junto à União Europeia.
- Redes globais de produção: analisar como esse nicho de mercado, no estado da Bahia e em todo o território brasileiro, oferece uma nova perspectiva sobre a descentralização dos fluxos financeiros para esta rede no mercado internacional, em especial, no mercado europeu (STURGEON et al, 2013).
- Cadeias globais de valor: compreender os custos de transporte, comunicação e qualidade da infraestrutura que têm contribuído para criar esse formato, analisando ainda como os acordos de comércio regionais – sobretudo aqueles que envolvem atores comerciais de maior importância – também tem desempenhado um papel fundamental na criação de cadeias regionais de valor, uma vez que suas disposições sobre regras de origem e acumulação influenciam os fluxos de investimento e os níveis de participação na produção (ESTEVADEORDAL; BLYDE; SUOMINEN, 2013).

Referências

- AQUINO, Israel Fernandes de; CASTILHO JR., Armando Borges; PIRES, Thyrza Schlichting De Lorenzi. *A organização em rede dos catadores de materiais recicláveis na cadeia produtiva reversa de pós-consumo da região da grande Florianópolis: uma alternativa de agregação de valor*. Revista Gestão & Produção, São Carlos, v. 16, p. 15-24, 2009.
- AQUINO, Sara Luciana Alves. *Modernização e território: a influência das redes técnicas na produção do espaço social*. Espaço e Economia, s/v, p.1-6, 2016.
- ANDRADE, Manoel Correia de. *A questão do território no Brasil*. São Paulo: Hucitec; Recife: IPESPE, 1995, 135 p.
- BRACZYK, Hans-Joachim; COOKE, Phillip; HEIDENREICH, Martin. *Regional Innovation System. The Role of Governances in a Globalized World*. Londres: UCL, 1998, 464 p.
- BENKO, Georges; PECQUEUR, Bernard. *Os recursos de territórios e os territórios de recursos*. Geosul, Florianópolis, v.16, p. 31-50, 2001.
- BLOMLEY, Nicholas. *The territorialization of property in land: space, power and practice*. Disponível em: (<https://rsa.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/21622671.2017.1359107?needAccess=true>), data de acesso: 04 de fevereiro de 2018.
- BRAGA, Hilda Maria de Carvalho. *O re-ciclo dos resíduos urbanos em cidades médias: um estudo de caso no sudoeste baiano*. Scripta Nova, Barcelona, v. 11, p.1-10, 2007.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede – informação, economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 2007, 630 p.
- CASTILHO, Denis. *Modernização Territorial e Redes Técnicas em Goiás*. Goiânia: Editora UFG, 2016, 228 p.
- CORRÊA, Vanessa Petrelli. *Desenvolvimento territorial e a implantação de políticas públicas brasileiras vinculadas a esta perspectiva*. Boletim Regional, Urbano e Ambiental (IPEA), Brasília s/v., p. 23-38, 2009.

- COSTA, Wanderley Messias da. *O Estado e as políticas territoriais no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001, 83 p.
- CYMBALISTA, Renato. *A trajetória recente do planejamento territorial no Brasil: apostas e pontos a observar*. Revista Paranaense de Desenvolvimento, s/v., p. 29-45, 2006.
- DAGNINO, Ricardo de Sampaio. *Um olhar geográfico sobre a questão dos materiais recicláveis em Porto Alegre: sistemas de fluxo e a (in) formalidade, da coleta à comercialização*. 2004. 133 f. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- DALLABRIDA, Valdir Roque; BECKER, Dinizar. *Governança Territorial: Um primeiro passo na construção de uma proposta teórico-metodológica*. Desenvolvimento em Questão, Ijuí, v. 1, p. 73-97, 2003.
- DALLABRIDA, Valdir Roque. *Governança Territorial: do debate teórico à avaliação da sua prática*. Análise Social, Lisboa, v. 2, p. 304-328, 2015.
- DIAS, Leila Cristina. *Os Sentidos da Rede: notas para discussão*. In: DIAS, Leila Cristina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. (Org.). *Redes, sociedade e território*. II Ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007, p. 11-28.
- DIAS, Leila Cristina. *Redes: emergência e organização*. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 141-162.
- ESTEVADEORDAL, Antoni; BLYDE, Juan; SUOMINEN, Kati. *As cadeias globais de valor são realmente globais? Políticas para acelerar o acesso dos países às redes de produção internacionais*. Revista Brasileira de Comércio Exterior, Rio de Janeiro, s/v, p. 6-25, 2013.
- FALUDI, Andreas. *Multi-Level (Territorial) Governance: Three Criticisms*. Planning Theory & Practice, Londres (UK), v. 13, p. 197-211, 2012.
- FIELDS, Gary. *Communications, innovation, and territory: the production network of Swift Meat Packing and the creation of a national US market*. Journal of Historical Geography, Nova York (EUA), v. 29, p.599-617, 2003.
- FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. *Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais*. Bahia Análise & Dados, Salvador, v. 12, 2002, p.9-19.
- FUINI, Lucas Labigalini. *A territorialização do desenvolvimento: construindo uma proposta metodológica*. INTERAÇÕES, Campo Grande, v. 15, p. 21-34, 2014.
- GREGSON, Nicky; CRANG, Mike. A. *From waste to resource: the trade in wastes and global recycling economies*. Annual Review of Environment and Resources, Duham (UK), v. 40, p. 151-176, 2015.
- HAESBAERT, Rogério. (2004). *Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade*. Disponível em: (<http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>), data de acesso: 25 de março de 2018.
- HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do 'fim dos territórios' à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, 395 p.
- HAESBAERT, Rogério. *Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, 208 p.
- HESS, Martin. *'Spatial' relationships? Towards a reconceptualization of embeddedness*. Progress in Human Geography, Manchester (UK), v. 28, p. 165-186, 2004.
- HIRT, Carla. *O BNDES, o desenvolvimento e o grande capital nacional: uma análise escalar e territorial*. Revista de Geografia, Recife, v. 31, p. 139-167, 2014.
- PANGAEA – Centro de Estudos Socioambientais. *Relatório de Produção da Rede Cata Bahia*. Salvador: PANGAEA, 2010, 45 p.
- PANZUTTI, Nilce da Penha Migueles. *Mercado como Construção Social da Realidade*. Informações Econômicas, São Paulo, v. 44, p. 60-72, 2011.
- PECQUEUR, Bernard. *O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul*. Raízes, Campina Grande, v. 24, p. 10-22, 2005.

- PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente; KAHIL, Samira Peduti. *O território e as redes: considerações a partir das estratégias de grandes empresas*. In: GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira; CARVALHO, Pompeu Figueiredo de. *Geografia: ações e reflexões*. Rio Claro: AGETEO, 2006, p. 213-226.
- PIZA MARTINS, Lília Aparecida de Toledo; GALLO, Zildo; NEVES, Edinalva Félix das. *A Formação dos Preços dos Materiais Recicláveis Numa Estrutura de Mercado Oligopsônica*. In: Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, 57, São Paulo. *Anais da Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência*, 57, 2005, p.1-5.
- PUJADAS, Roma; FONT, Jaume. *Ordenación y planificación territorial*. Madrid: Editorial Síntesis, 1998, 399 p.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993, 269 p.
- RIBEIRO, Helena; BESEN, Gina Rizpah. *Panorama da Coleta Seletiva no Brasil: desafios e perspectivas a partir de três estudos de caso*. InterfacEHS, São Paulo, v. 2, p. 1-18, 2007.
- RÜCKERT, Audomar Arnaldo. *O processo de reforma do Estado e a Política Nacional de Ordenamento Territorial*. In: GALVÃO, Antônio Carlos Filgueira. *Para pensar uma Política Nacional de Ordenamento Territorial*. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005, p. 31-39.
- SACK, Robert. *Human Territoriality: its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986, 272 p.
- SANTOS, Milton. *O retorno do território*. OSAL, Santiago (CH), s/v, p. 251-261, 2005.
- SANTOS, Milton. *Por uma geografia das redes*. In: SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 176-189.
- SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes sociais: trajetórias e fronteiras*. In: DIAS, Leila Cristina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. *Redes, sociedade e território*. II Ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007, p. 30-50.
- SCHINDLER, Seth. *Governing the twenty-first century metropolis and transforming territory*. Territory, Politics, Governance, Londres (UK), v. 3, p. 7-26, 2014.
- SILVA, Gislane Santos. *Aprendizagem Interorganizacional: o caso da Rede de Cooperativas de Catadores de Material Reciclável – CATABAHIA*. 2015. 179 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2015.
- SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002, 127 p.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento*. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.77-116.
- STEAD, Dominic. *Dimensions of territorial governance*. Planning Theory & Practice, Londres (UK), v.14, p. 142-147 2013.
- STURGEON, Timothy; GEREFFI, Gary; GUINN, Andrew; ZYLBERBERG, Ezequiel. *O Brasil nas cadeias globais de valor: implicações para a política industrial e de comércio*. Revista Brasileira de Comércio Exterior, Rio de Janeiro, s/v, p. 26-41, 2013.
- TIRADO-SOTO, Magda Martina. *Análise e Formação de Redes de Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis*. 228 f. (Tese Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ – Rio de Janeiro, 2011.
- VAINER, Carlos Bernardo. *Planejamento Territorial e Projeto Nacional*. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR), Rio de Janeiro, v. 9, p. 9-23, 2007.
- VARGAS, Heliana Comin. *Economia, (R) estruturação e gestão do território: entendendo a dinâmica dos fluxos*. In: Seminário Metapolarização e Novas Territorialidades, 2006, Vitória. *Anais do Seminário Metapolarização e Novas Territorialidades*. Vitória: UFES, 2006, p. 1-16.
- VERDI, Adriana Renata; PIRES, Elson Luciano Silva. *As dinâmicas territoriais locais na globalização: aspectos conceituais e metodológicos*. Geosul, Florianópolis, v. 23, p. 33-53, 2008.
- VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; VIEIRA, Eurípedes Falcão. *Geoestratégia dos Espaços Econômicos: poder global, poder local e gestão do território*. In: VIII Congresso Afro-Luso-Brasileiro de Ciências

Sociais, 2004, Coimbra. *Anais do VIII Congresso Afro-Luso-Brasileiro de Ciências Sociais - A Questão Social no Novo Milênio*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2004, p.1-18.

VISÚ, Gilson Carlos; ABREU, Silvana de. *Origens da abordagem territorial de desenvolvimento na América Latina*. In: VI Seminário Internacional América Platina e I Colóquio Unbral de Estudos Fronteiriços, 2016, Dourados. *Anais do VI Seminário Internacional AMÉRICA PLATINA (VI SIAP) e I Colóquio Unbral de Estudos Fronteiriços*, 2016, p.1-9.

UITERMARK, Justus. *The particularities of territory*. Territory, Politics, Governance, Londres (UK), v.3, p. 1-6, 2015.

ZELLER, Christian. *Uneven financial flows in the global economy*. Espace – Economies in Space, Bern (CH), s/v. n.1, p. 1-28, 2008.